



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**

Atena
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-688-1 DOI 10.22533/at.ed.881190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

I. DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO 1	1
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE ARACAJU	
<i>Syslayne Carlos da Silva Costa</i> <i>Tony Santos da Silva</i> <i>Rooseman de Oliveira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907101	
CAPÍTULO 2	20
MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO	
<i>Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907102	
CAPÍTULO 3	32
A ABOARDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE MACROZONEAMENTOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO EM PONTA NEGRA/ NATAL – RN	
<i>Fabício Lira Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907103	
CAPÍTULO 4	47
A METROPOLIZAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CENTRALIDADES DA BAIXADA FLUMINENSE	
<i>Tatiana Cotta Gonçalves Pereira</i> <i>Raul Rosa de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907104	
CAPÍTULO 5	59
A VIDA PÚBLICA: A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA E A EXPERIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO	
<i>Maria Isabel Villac</i> <i>Danielle Alves Lessio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907105	
CAPÍTULO 6	70
CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E REGIÃO	
<i>Valter Luiz de Macedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907106	
CAPÍTULO 7	81
EDUCAÇÃO NA MOBILIDADE URBANA: CÓDIGOS DE CONVIVÊNCIA E ORDENAMENTO NA CIDADE	
<i>Poliana de Souza Borges França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907107	

CAPÍTULO 8	90
ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A QUESTÃO URBANA: ABORDAGENS E CRÍTICAS	
<i>Carolina Alvim de Oliveira Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907108	
CAPÍTULO 9	110
EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS MINEIRAS, DESENVOLVIMENTO HUMANO E EQUIDADE DISTRIBUTIVA: EM BUSCA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	
<i>Marcos Antônio Nunes</i>	
<i>Ricardo Alexandrino Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907109	
CAPÍTULO 10	126
COLIVING: ENSAIO SOBRE MORADIA COMPARTILHADA E COLABORATIVA	
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
<i>Larissa Tavares Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071010	

II. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 11	139
EMPRESAS FAMILIARES, A SUCESSÃO E A PREVENÇÃO DE CONFLITOS ENTRE SÓCIOS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SEGMENTO DE SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS	
<i>Maura Martins Ferreira Pan</i>	
<i>Leossania Manfro</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
<i>Iselda Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071011	
CAPÍTULO 12	151
DIAGNÓSTICO DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO COMERCIAL E SOCIETÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO METAL MECÂNICO	
<i>Ariel Simonini</i>	
<i>Guilherme Camargo</i>	
<i>Guilherme Wagner Valber</i>	
<i>Willian Piana Vivian</i>	
<i>Lademir José Cremonini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071012	
CAPÍTULO 13	168
A APLICABILIDADE DA GESTÃO DE CUSTO COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA INDÚSTRIA CERAMISTA	
<i>Jamille Carla Oliveira Araújo</i>	
<i>Cinthy Satomi Yamada</i>	
<i>Eziquiel Pinheiro Gabriel</i>	
<i>Maria Leidiane Santos</i>	
<i>Leidian Moura da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071013	

CAPÍTULO 14 188

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO TIPO RODOTREM NO TRANSPORTE DE CARGAS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS CARTONADAS

Eloi Bürkner Junior

Mayara Cristina Ghedini da Silva

DOI 10.22533/at.ed.88119071014

CAPÍTULO 15 204

SUCESSÃO FAMILIAR EM EMPRESAS DE CERÂMICA DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Claudio Alvim Zanini Pinter

Luiz Antonio Duarte de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.88119071015

CAPÍTULO 16 222

PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Alekcia Mara Casarotto

Danielle Tosetto de Oliveira

Hevandrus de Carlon Wallerius

Anderson Aquiles Viana Leite

Alecsander Bertolla

DOI 10.22533/at.ed.88119071016

CAPÍTULO 17 237

A UTILIZAÇÃO DE VANT EM LEVANTAMENTOS CADASTRAIS PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN

Maria Carina Maia Bezerra

Pedro David Rodrigues Lima

Augusto César Chaves Cavalcante

Almir Mariano de Sousa Junior

DOI 10.22533/at.ed.88119071017

III. MEIO AMBIENTE E ECONOMIA

CAPÍTULO 18 248

ANÁLISE DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE MATA CILIAR DO RIO GAVIÃO: UM AFLUENTE DO RIO DE CONTAS

Larissa Lima Barros

Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas

Camila da Silva Sotero

DOI 10.22533/at.ed.88119071018

CAPÍTULO 19 254

ASFALTO CONVENCIONAL OU PERMEÁVEL? VIABILIDADE TÉCNICA NA PREVENÇÃO DE ENCHENTES

Rodrigo Azevedo Gonçalves Pires

Jane da Cunha Calado

Wilson Levy Braga da Silva Neto

Bruna Brandini Carrilho

CAPÍTULO 20 266

CONFLITUALIDADE E CONFLITOS MINERÁRIOS EM JACOBINA – BA:
RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA
MINERADORA

Juliana Freitas Guedes Rêgo

Gilca Garcia de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.88119071020

CAPÍTULO 21 282

EFFECTOS SOCIALES DE LAS CONDICIONES LABORALES DEL SECTOR
PALMICULTOR EN EL MUNICIPIO DE MANI (CASANARE-COLOMBIA)

Wilker Herney Cruz Medina

Cristian Orlando Avila Quiñones

Elva Nelly Rojas Araque

María Crisalia Gallo Araque

Nilton Marques de Oliveira

Lina María Grajales Agudelo

DOI 10.22533/at.ed.88119071021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

ÍNDICE REMISSIVO 292

MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

**Lena Carolina Andrade Fernandes
Ribeiro Brandão**

Centro Universitário D. Bosco – UnDB
São Luís – MA

RESUMO: O presente ensaio teve como principal objetivo demonstrar aspectos tradicionais e adaptativos da morada ludovicense, enfocando suas semelhanças e suas devidas particularidades, no âmbito de sua implantação no lote, resultado de uma traça ordenadora, bem como sua distribuição espacial e elevações, tendo a casa porta-e-janela como elemento gerador. Foram utilizadas fontes bibliográficas e pesquisas consolidadas, bem como levantamentos de plantas e fachadas que ratificaram os aspectos estudados como peças importantes para o estudo sociológico da morada, inclusive da formação da família maranhense.

PALAVRAS-CHAVE: Morada. Tradição. Adaptação. Arquitetura Luso-brasileira. Evolução tipológica.

LUDOVICENSE`S RESIDENCE: TRADITION AND ADAPTATION

ABSTRACT: The present essay had as main objective to demonstrate traditional and adaptive aspects of the ludovicese housing, focusing

its similarities, and its due particularities in the scope of its implantation in the lot, result of a moth, as well as its spatial distribution and elevations, derivation of the typology and nuclear door-window. Bibliographical sources and consolidated researches were used, as well as surveys of plants and front that ratified the studied aspects as important pieces for the sociological study of the housing including the formation of the maranhense family.

KEYWORDS: Residence. Tradition. Adaptation. Luso-Brazilian architecture. Typological evolution.

INTRODUÇÃO

É fato que a morada ludovicense, de modo geral, manteve-se coerente com a arquitetura implantada no Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Porém, é possível dizer também que tudo foi reinterpretado, inicialmente ajustando-se às condições climáticas locais e em um segundo momento, conforme as condições socioeconômicas.

Em São Luís, além das transformações arquitetônicas necessárias para se adaptar às chuvas e o calor intenso que acontecem durante boa parte do ano, características da região amazônica, esta mesma arquitetura adquiriu características próprias para se

adequar ao empório burguês que exercia o controle político e administrativo sobre os centros interioranos do baixo sertão do estado, uma vez que servia a uma sociedade e economia diferente das de outras partes do país. Nesta região caracterizada pelo clima do tipo quente-úmido e atravessada pela linha do equador, a incidência dos raios solares sobre o plano horizontal ao meio-dia é quase perpendicular durante o ano todo, gerando temperaturas de valor máximo neste horário. Condições propícias à altos índice pluviométrico. Para vencer os “invernos”, a casa ludovicense teve que se adaptar de modo bastante eficiente às condições climáticas do meio amazônico, distanciando-se e aproximando-se, por vezes, de seus congêneres. Adaptações essas que vão desde a informalidade da telha vã, dos pés-direitos mais elevados, da adaptação de novos recursos de ventilação e do gosto pelo revestimento externo de suas fachadas.

De acordo com Silva Filho (1998, p.33), esta morada, introduziu um aspecto tropical ao espírito lusitano: a capacidade de não perder as formalidades sem ser indiferente a ponto de desprezar o conforto da rede nordestina. “Mágica de formas e matizes da luz equatorial, desprendida de intenção alegórica, é a essência artística de um tempo, mesclada no engenho português e na convivência do clima Amazônico”.

As adaptações estão presentes não somente no que se refere às adequações climáticas ou às técnicas e materiais construtivos, como também ao momento histórico vivido. A adaptação e a tradição andam juntas e podem ser encontradas em todas as tipologias da morada ludovicense. É verdade que muito já se disse sobre esta arquitetura e sobre a sua importância para o mundo, mas abordar a temática da morada ludovicense isoladamente enfocando suas semelhanças, tradições e mesmo seus condicionantes para que esta pudesse surgir com suas devidas particularidades, de ordem técnicas-construtivas ou mesmo no âmbito de sua distribuição espacial é importante inclusive para o estudo sociológico da formação da família maranhense.

SÃO LUIS: EVOLUÇÃO URBANA

De acordo com Lopes (2008, p.14), o engenheiro-militar Francisco Frias de Mesquita, adotou na traça da cidade as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población e Pacificación de las Indias*, de 1573, incluídas nas Ordenações Filipinas, que no urbanismo refletiam o gosto renascentista de simetria, beleza e uma ordenação racional dos espaços públicos, que surgiram com a descoberta dos desenhos de perspectiva e como uma forma de ordenar o território após a invasão dos franceses. O que possibilitou o desenvolvimento de um arruamento organizado e alinhado sob uma malha ortogonal que obedecia a orientação dos pontos cardeais.

Como em outras cidades de origem lusa o primeiro momento da colonização se deu no topo da colina, porém sem a simples conformação posterior ao resto do sítio, pois em São Luís o padrão de regularidade aplicado ao traçado do arraial se antecipou a outros traçados, uma vez que o mesmo é do século XVII, fazendo com

que os lotes não se limitassem apenas às condições geográficas, mas seguissem o padrão imposto pela traça original. A Ilha volta a ser invadida em 1641. Desta vez, por holandeses vindos de Recife que fazem um importante registro do traçado urbano da cidade. A cidade de São Luís viveu um período prolongado de estagnação econômica, devido a uma economia de subsistência que se estendeu desde sua fundação até a metade do século XVIII. São Luís e Belém eram colônias militares de povoamento, por serem pontos estratégicos do extenso dispositivo de defesa espanhol que levava às riquezas do Prata. É somente na segunda metade do século XVII, que se solidificaram as atividades econômicas regulares, de caráter urbano, correspondendo a uma parcela permanente da população urbana, pois muitos viviam no campo apesar de possuírem suas casas urbanas nos grandes centros para negócios, as quais permaneciam fechadas a maior parte do ano ou eram habitadas somente pelo pessoal de serviço. E foi a partir no século XVIII que a cidade começou a viver um período de maior prosperidade a partir do desenvolvimento de uma economia de mercado: arroz, algodão e outros produtos tropicais que passaram a ser solicitados pelo mercado internacional devido especialmente a independência norte americana e às revoltas das colônias francesas do Caribe. Portanto, é a partir do último quartel do século XVIII, que as construções, em sua maioria construídas em taipa e palha, foram sendo substituídas por edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal marinha e óleo de peixe, empregando a madeira de lei, abundante da floresta amazônica, para estruturar os telhados, fabricar esquadrias e entrepisos. Construtores e mestres-de-obras vindos diretamente de Portugal passaram a utilizar materiais importados, como as cantarias de lióz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro dos navios.

Assim, os sobrados da capital maranhense ganharam formas e acabamentos mais refinados, como a aplicação de azulejos nas fachadas que se tornou mais abundante a partir da segunda metade do século XIX. A cidade passou a ser um entreposto comercial, que acabou por produzir duas consequências sobre sua urbanização. A primeira foi a diversificação da população e a concentração de atividades econômicas provocando a valorização do chão urbano (BURNETT, 2008). A segunda, foi a adequação dos lotes urbanos para acomodar edificações maiores que passaram de cinco braças de frente por quinze de fundo para lotes de até cinquenta braças ou mais cercados por outros de quinze, cinco, quatro, duas... (MOTA; MANTOVANI apud BURNETT, 2008). Nascendo assim, um conjunto de casarões e sobrados azulejados onde os ricos fazendeiros e prósperos comerciantes mostravam sua pujança econômica. A variação no tamanho dos lotes que permitiu a evolução tipológica da cidade. Tal variação tem uma importância tão significativa no conceito da morada ludovicense que a associação dos nomes destas moradas está diretamente ligada com a sua definição, ou seja, a sua definição tipológica está diretamente associada a sua significação (Fig. 1). Sendo comum alguém dizer que fulano mora numa porta-e-janela próxima ao beco tal, ou que sicrano reside em uma

morada inteira de fachada azulejada. São significações que já conceituam a moradia a partir da sua tipologia, onde se sabe de imediato quantos vãos existem naquela fachada.

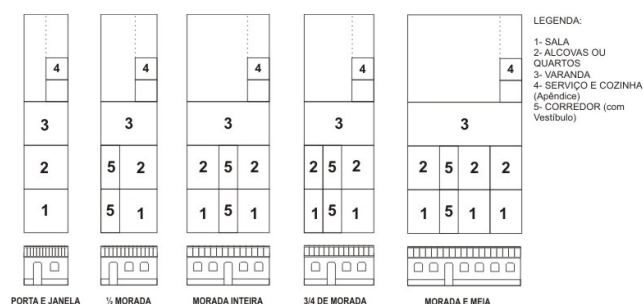


Figura 1 Desenho esquemático das Tipologias Básicas.

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão

MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

A partir da definição dos conceitos a respeito da tradição e da adaptação, pode-se constatar que a diversidade de tipos da morada obedeceu a condicionamentos econômicos e sociais que se refletiram na arquitetura tradicional, influenciando a classificação morfológica e construtiva que este ensaio pretendeu tratar. Deste modo, principia-se por dizer que a habitação pode ser considerada a expressão final da convergência de razões correlacionadas, cuja influência naturalmente se adapta aos recursos geográficos, às imposições climáticas e às necessidades e circunstâncias sociais. Muitos destes condicionantes, refletem a tradição construtiva que faz com que a casa ludovicense compartilhe pontos comuns com as congêneres nacionais. Assim como as imposições climáticas, as necessidades e circunstâncias sociais, e também a disponibilidade de recursos naturais e geográficos fez com que a morada adquirisse características adaptativas.

Os casarões ludovicenses, sejam eles construídos pela alta burguesia ou as casas de porta-janela, registram grande parte da memória da cidade que pode ser lida não somente na sua arquitetura como também nas práticas culturais que ao longo do tempo se perpetuaram através da oralidade e dos costumes. Pode ainda ser interpretado na sua estrutura socioeconômica que produziu padrões dominantes – sobrados, consolidando as diferenças sociais extremadas que se manifestaram durante todas as fases da sua história. Assim, se concretizou a importância da residência assobradada como uma espécie de símbolo da cidade, um símbolo que é construído com base em uma motivação cultural, contribuindo para sua identidade. Neste sentido, enfatizou-se seu valor simbólico como referência na construção de uma imagem cristalizada da cidade. Pois, ao falar de São Luís, automaticamente faz-se referência a seus aspectos históricos que ainda hoje são preponderantes na caracterização da cidade: Cidade dos Azulejos, Casarões coloniais, Atenas Brasileira entre outros.

Estes aspectos históricos a individualiza, caracteriza e se destaca de modo marcante

na construção de sua identidade, tanto no cenário nacional como internacional, tornando-a digna de reconhecimento, onde sempre é lembrado o seu rico conjunto de edificações de feição colonial remanescente dos séculos XVIII e XIX, classificado pelo IPHAN na sua maioria como *Tradicional Português*, que surgiram a partir das transformações sociais ocorridas nestes séculos. Os casarões se transformaram em um ícone de todo patrimônio histórico cultural da cidade, com uma força de simbolização e semantização que ratifica ligação da cidade com a história, tendo nesta sua força maior.

Deste modo, as edificações são dotadas de elementos arquitetônicos que a tornaram adaptadas a todos estes aspectos já citados – culturais e físicos, com elementos arquitetônicos que favorecem sua adequação ao clima local, como os elevados pés-direitos e as varandas guarnecidas de esquadrias do tipo veneziana voltadas para os pátios internos. Além dos azulejos das suas fachadas que se tornaram outro grande símbolo cristalizado da cidade, ou mesmo o modo de morar, de habitar estas edificações. Neste contexto, se fez necessário uma análise mais profunda para que não fossem descortinados somente as características impressas no atarracamento e na quadradez que são próprias da esteticidade do “estilo tradicional português” e assim observar seu caráter integrador e adaptativo por outro ângulo, pois a fisionomia severa da fachada citada também por Freyre (1971), Reis (2000a) e outros; são igualmente encontrados nos casarões ludovicenses, bem como seus elementos padronizados: pedras do reino, portadas e ombreiras, a arquitetura de pedra e cal, a simetria das fachadas com seus cheios e vazios, suas paredes caiadas, os densos cunhais; e os elementos compositivos que vão da arquitetura pombalina à eclética apresentada nas platibandas do fim do século XIX, embora estes aspectos apresentem uma ordenação e uma proporção que raramente se fazem presente em seus congêneres. Enfim, todos os aspectos que caracterizam a arquitetura luso-brasileira também podem ser observados nos casarões ludovicenses, mas podem revelar outras conclusões a respeito deste tema.

Nestes termos, não se quer, contudo, mostrar somente os créditos de alguns aspectos que revelam de imediato o caráter de adaptação desta morada. Muitos inclusive são constantemente demonstrados e são de grande valor, como: a importância do mirante na cultura da *Atenas Brasileira* e como elemento importante na aeração da casa implantada na linha equatorial, as esquadrias tipo veneziana, a relação da varanda com os hábitos e costumes no ato de morar ludovicense, a dimensão simbólica da azulejaria de suas fachadas; o tamanho dos lotes que fizeram com que os fluxos e a compartimentação da casa oferecesse para seus moradores novas maneiras de utilizá-la, uma vez que a disposição fundiária da cidade estruturada em quadras dispostas sob uma traça reguladora resultou numa malha urbana articulada que expressou, ao longo do tempo, as relações tipológicas constituídas em torno de pontos vitais para a coletividade, expressa na construção de suas fontes, praças igrejas e conventos.

Como síntese, pode-se citar o sobrado da Pacotilha que reúne todas estas

características. Sobrado do século XVIII que possui uma tipologia única na cidade (morada inteira com três pavimentos, porão e mirante). Além de sua fachada frontal azulejada, sua fachada posterior completamente vedada por esquadrias demonstra o despojamento da morada para seu pátio interno, que juntamente com o mirante, exemplificam os recursos de aeração da edificação. Localizado no Largo do Carmo, ele faz parte da paisagem local se relacionando diretamente com a praça e o convento de mesmo nome, construção mais influente do local. Daí em diante, a morada ocupou ao longo deste processo de construção da cidade a testada principal do lote, sem recuos frontais e laterais, tendo apenas os fundos como uma área livre e descoberta. A partir das necessidades da morada e por causa da largura dos lotes esta ocupação avançou para as laterais, estabelecendo a planta em L ou mesmo em U transformando a área livre em um pátio, o que foi possível principalmente pela largura destes lotes. Com isto, pode-se afirmar que as plantas e fachadas destas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, possuem variantes distintas que autorizam análises mais profundas para compreensão da estética da cidade ao longo do tempo bem como permitem também caracterizar a tradição e a adaptação das mesmas.

Para tanto, é preciso entender a adaptação não somente como a adequação desta morada aos calores equatoriais, mas como um esforço para integralizar, para acomodar e se igualar ao momento histórico vivido no país, onde os proprietários rurais reforçavam seus símbolos de grandeza na tentativa de justificar a superioridade perdida com a burguesia emergente, colaborando com a sofisticação da arquitetura e incrementando a vida urbana do país. O que se pretende dizer é que além das características adaptativas aos fatores como clima e às circunstâncias econômicas e sociais, esta morada também se adaptou às questões estéticas vividas no país sem, no entanto, ferir seu padrão tipológico.

No quesito tradição, esta deve ser entendida não apenas como a transmissão de doutrinas, mas principalmente como a transmissão de costumes que durante um longo espaço de tempo perpetuou um modo de morar do maranhense. Considerando a tradição como um laço do passado com o presente, que pode ser observado em romances e poemas dos prosadores e poetas locais, e que mostraram um profundo respeito aos costumes em seus relatos sobre esta morada.

Assim, analisando as fachadas dos casarões, percebe-se claramente a passagem do tempo, no que se refere às questões estéticas. Identifica-se a transição de modelos da arquitetura pombalina para a eclética, fato o que permite fazer uma análise evolutiva deste processo. Análise esta que vem a partir das mudanças identificadas nos edifícios e reveladas através de elementos compositivos produzidos em períodos distintos, que vão do beiral às platibandas. Uma análise das plantas permite a identificação de alterações mais sutis, uma vez que estas se apresentam sempre como um desdobramento da planta da *porta-e-janela* que se desenvolveu, em meia-morada, morada inteira, morada e meia e mais 13 variações que relacionam o número de pavimentos e uso dos ambientes internos; mantendo as mesmas

características das famílias tipológicas de origem.

Foram estes desdobramentos, esta evolução tipológica, se assim se pode chamar, que tornam as moradas ludovicenses tão particulares. Esta evolução - ou variação sincrônica como é chamada por Espírito Santo (2006) - está diretamente ligada às dimensões do lote. Isto permite a compreensão a respeito da estreita ligação entre a testada e o tipo. Mesmo os sobrados conservam em seus pavimentos o tipo básico.

Esta identificação a partir da compreensão dos elementos: *planta e fachada* torna a base arquitetônica – *porta-e-janela*, um elemento de caráter tradicional estruturador da morada, imprimindo a autenticidade do acervo da cidade, e contribuindo para elevar o valor do conjunto, não somente no que diz respeito a valores patrimoniais como também do bem arquitetônico em si e corroborando com todos os autores que identificam a arquitetura civil ludovicense como expoente máximo do período histórico aqui abordado, culminando naquilo que maior caracteriza os aspectos no que tange à sua tradição.

A TRAÇA COMO ELEMENTO GERADOR DA TIPOLOGIA

Para um bom entendimento da importância do traçado da cidade de São Luís sobre seu padrão tipológico, convém lembrar que entre os anos de 1580 a 1640, com o declínio do império português, momento no qual a coroa portuguesa e hispânica se une sob o título histórico de “*União Ibérica*”, passou não ser completamente estranha à adoção de traçados regulares nas cidades de fundação portuguesa. A atividade de engenheiros militares simultaneamente ao serviço de Espanha e de Portugal, as influências mútuas que se verificaram no ensino da arquitetura e da engenharia militar, e a atividade legislativa de Filipe II, podem ter constituído importantes fatores para a crescente racionalização dos traçados portugueses a partir do século XVII. A partir da Restauração em 1640, a necessidade de reforçar o sistema defensivo do país fez com que muitas cidades portuguesas sofressem intervenções baseadas nos sistemas defensivos que então vigoravam na Europa, como exemplo cita-se a própria cidade de São Luís, Filipéia (João Pessoa / Paraíba), Belém e Salvador (ROSSA, 2000).

É também no século XVII que o Método Lusitano passa a ser implantando no país para corrigir os sistemas de fortificação implantados no descobrimento. Segundo Santos (1977, p. 11), Luís Serrão Pimentel publica em 1680 as aulas de fortificação e estratégias urbanas da arquitetura militar que vêm sendo ensinadas aos engenheiros-militares, “revelando um bom nível de cultura técnica.” Em outro exemplo de bom empenho técnico, o autor cita a planta de 1713 da cidade do Rio de Janeiro, obra do Brigadeiro João Massé, e pensada para corrigir o sistema de fortificação da cidade. Apesar de muitas cidades fundadas no Brasil possuírem, efetivamente, um traçado irregular, ao gosto português da época, como Olinda e várias cidades de Minas Gerais,

é fato que existiu uma tendência de (re)ordenar os traçados das cidades e que muitas receberam uma política urbanizadora com novas características e maior regularidade, o que acabou deixando as cidades que se originaram a partir de uma traça planejada com uma aparência semelhante às outras que principiaram de uma tendência mais livre. São Luís e Parati são núcleos urbanos do século XVII que exemplificam as duas situações. Para Pessôa (2000), o sentido de ordenamento do traçado da cidade de Parati é muito similar ao traçado da cidade de São Luís que possuiu um planejamento prévio.

Durante o segundo século de colonização observa-se esta tendência de ordenação de formas do traçado buscando uma relativa regularidade nos sítios acidentados conformados pelas características físicas locais. A partir deste momento e durante o século XVIII as fundações das cidades brasileiras começam a se inserir em um arquétipo dentro de um programa funcional e institucional, com o propósito de estabelecer um processo de standardização dos traçados. Neste sentido, cabe perguntar qual é então a especificidade do traçado da cidade de São Luís que foi capaz de sugerir uma proporcionalidade, implantação e compartimentação diferenciada às construções locais, permitindo a evolução tipológica de sua morada, uma vez que este se assemelha a outros congêneres?

Para tentar responder a esta pergunta, é conveniente observar Rossa (2000, p. 20): “Interessantes, mas de conhecimento ainda pouco sistematizado, são as relações de directa proporcionalidade entre as dimensões do lote e a volumetria das edificações, para já não falar dos elementos arquitectónico-compositivos dos alçados.” Como se vê, não se possui ainda estudos que abordem diretamente o assunto, mas encontram-se pistas importantes dentro da obra de estudiosos sobre a gênese do urbanismo brasileiro para fabular sobre a questão.

Reis (2000a, p. 129 e 132) diz que “os padrões de racionalidade e regularidade aplicados no Brasil implícitos nas medidas para controle de transformação da organização urbana, devem ser referidos ao estado de conhecimento e prática da arquitetura e do urbanismo europeu da mesma época”, referindo-se aqui ao século XVIII, mas considerando que a traça da cidade de São Luís é do século XVII, o próprio autor afirma que até o século XVIII a regularidade de traçado estava pouco presente no Brasil, apesar das tentativas de reordenação espacial das vilas e cidades.

Sendo assim, pode-se trabalhar com algumas hipóteses para entender por que os lotes de São Luís ficaram mais curtos e um pouco mais largos que outras cidades brasileiras que se assemelham ao seu traçado, o que vai influenciar diretamente na implantação das suas edificações, possibilitando um número considerável nas variações de plantas e compartimentações.

A primeira delas seria uma hipótese bastante simplista e singela, na qual consegue-se apenas destacar a possibilidade do fato (lotes mais curtos e largos), ter ocorrido devido a esta traça ter sido provavelmente a primeira do Brasil do gênero (SANTOS, 2008). Projetada a partir de um regimento que destacava apenas duas

linhas de recomendações. Primeiro que fossem bem arruadas e depois que fossem direitas conforme a traça que ficaria em poder do Engenheiro-Mor, dotando assim, a cidade de um desenho com as qualidades de um plano geométrico onde as quadras inicialmente obedeciam a um padrão reticulado uniforme de ruas estreitas, de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras, com cerca de 80 X 80 metros (ÀNDRES, 2006). Mas existem também quadras maiores, que foram acrescentadas à medida que o traçado se expandia e alteram a perfeita malha em grelha, que mesmo assim ainda permanece ortogonal.

Outra hipótese mais complexa teria como ponto de partida a necessidade de urbanizar para conter as invasões. Anteriormente, por desígnios lusos, as incertezas estratégicas de defesa aconselhavam os povoadores e seus arruadores a ir constituindo a cidade por partes, através de reformas e adições, conforme se viu a especificidade do sítio se impunha como a mola mestra e os traçados, assim como os lotes, acabavam por se limitar à condição geográfica, adaptando os terrenos com maior ou menor regularidade aos limites pré-estabelecidos. Deste modo, concorda-se com Portas (2000) quando ele relata seu intrigamento ao confrontar o traçado de São Luís com outros, como o do Rio de Janeiro em plena época pombalina, considerando o traçado ludovicense um “*quase damero*” ainda em seiscentos.

No caso de São Luís, o objetivo primeiro da fundação lusa era a defesa, não somente no sentido de sair dotando o lugar de fortificações, mas de ocupar para não ser mais ocupada, e por isto seu traçado pode ter se antecipado à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só se desenvolveu plenamente entre a fase filipina e pombalina. Isto se deve primeiramente aos saberes já codificados e operacionalizados dos engenheiros-militares que não se encontravam reunidos no tempo anterior e que agora, a exemplo dos desígnios hispânicos, trazem a maior certeza quanto à necessidade de crescimento e agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão, mantendo uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu em São Luís na sua expansão até o século XIX.

Assim, a malha da cidade foi projetada, mesmo que ingenuamente, mesclando às intenções de uma cidade aberta – ideia que generalizou na Europa somente no século XVIII – com as fortificações já deixadas pelos invasores. Notam-se preocupações de extensibilidade futura (sentido Caminho Grande), onde a regularidade do traçado do espaço público constitui uma malha formada por ruas e quarteirões, que embora inicialmente não fixassem praças, permitiu que elas fossem acrescentadas posteriormente dentro da mesma malha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda extensão do território brasileiro encontra-se a arquitetura trazida pelos colonizadores. Essa arquitetura alcançou um padrão estético que muitos identificam

pelo jargão de *estilo colonial*: plantas regulares, alçados simples, recortes de madeiras, beirais corridos, entre outras características que foram aplicadas em todo território. Porém, também é fato que ao se englobar toda arquitetura produzida neste período dentro deste jargão, se esquece das salvaguardas e peculiaridades locais, que associadas às suas tradições tornam a arquitetura de cada lugar uma arquitetura única, conferem-lhe importância e geram identidade no modo de viver e se relacionar com cada povo e região do país.

Pode-se ver em São Luis que muito foi reinterpretado, sobretudo no que diz respeito a disposição dos espaços internos e suas adequações às diferenças climáticas, fazendo das mesmas uma grande lição de adaptação e de invenção da população local, na criação de condições adequadas à sua própria existência.

Dentro da tradição o fato que a tornou particular em relação aos seus congêneres, uma vez que a compartimentação de sua planta, derivada da tipologia básica *porta-e-janela*, está estreitamente ligada e condicionada à traça da cidade. Não se pretendeu dizer com isto que este foi o único elemento gerador desta morada, porém, entende-se que ele é o ponto chave para estabelecer este caráter tradicional da arquitetura ludovicense, a partir dos desdobramentos e combinações possibilitadas pela implantação destas moradas e que expressa seu ápice nos sobrados da cidade.

Concluiu-se que os lotes mais largos e menos profundos, ou mesmo a variação nos tamanhos dos lotes em uma só rua, foi possível devido a traça da cidade elaborada por Frias, uma vez que ela foi capaz de nortear o crescimento da malha ortogonal mesmo que o padrão das quadras, inicialmente de 80X80m, fosse alterado. Traçado que se antecipou à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só iria se desenvolver plenamente entre a fase filipina e pombalina; mesmo assim os saberes já codificados e operacionalizados do engenheiro-militar trouxe maior certeza quanto à necessidade de crescimento e de seus agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão e que pudesse manter uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu na cidade durante sua expansão no século XIX.

No quesito adaptação, formou-se o pensamento que esta não deve ser entendida somente como o processo pelo qual esta morada atravessou para adquirir os caracteres adequados ao sítio ou clima e sim como as modificações necessárias e resultantes para se acomodar ao momento circunstancial, seja ele, social, econômico ou histórico. Entende-se que a morada varia conforme a evolução social, de acordo com o espírito do tempo, o "*zeitgeist*" da filosofia alemã: uma morada adaptada aos tempos.

Neste sentido, pode-se concluir que como representação espacial, as plantas trazem os elementos que compõe a identidade da morada ludovicense. A distribuição espacial interior é, sem dúvida alguma, a forma encontrada para diferenciar e estabelecer os diversos usos, fluxos e a movimentação dos vários personagens no interior da morada. É o meio mais influente para entender o suporte das relações sociais, políticas e, sobretudo, culturais nas relações familiares ludovicenses, da qual muitos escritores locais lançaram mão para descreverem o cenário de suas histórias.

Deste modo, muitas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, não escondem sua subordinação tipológica, fazendo com que a aparência da cidade até o início do século XX estivesse atrelada ao estilo tradicional português apenas com algumas nuances neoclássicas. Conservando-se até então as implantações, a setorização e compartimentação, os usos, materiais, ordenação dos vãos... Onde as fachadas incorporaram apenas elementos compositivos clássicos, como a introdução de platibanda que deram um novo conceito de beleza assim como os porões altos que elevaram a entrada principal da morada, atribuindo-lhe um maior prestígio. Estas foram mudanças meramente formais, que não alteraram o modo de fazer ou usar a casa.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro (Org). **Centro histórico de São Luís-Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo, 1998.

ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro. **A arquitetura maranhense e a economia do algodão**. São Luís, 2006. No Prelo. In: BICCA, Paulo; BICCA, Briane. *Arquitetura na Formação do Brasil*. [S.I.]: UNESCO, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. 1859**. Cópia reproduzida por xerografia.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e Desenvolvimento Sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís, UEMA, 2008.

DUARTE, Cristovão Fernandes. **São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino**. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

ESPÍRITO SANTO, Marcelo. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: Um Estudo de Caso a Partir da Teoria Muratoriana**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

KESSING, Felix. **M. Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989a.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1989b.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís: história urbana**. In: SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008.

PESSÔA, José. **Em tudo semelhante, em nada parecido: Modelos e modos de Urbanização na América Portuguesa**. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formações das cidades lusas no Brasil**. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil 1500 / 1720**. São Paulo: Pini, 2000.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre história da arquitetura e aparências das vilas e cidades**. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n. 20, 1997.

REIS, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectivas, 2000b.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: FUNC, 2001.

ROSSA, Walter. **No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da Idade Moderna. Oceanos: a construção do Brasil Urbano**, Lisboa, n. 1, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Quatro séculos de arquitetura**. Barra do Piraí: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977. Cópia reproduzida por xerografia.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Código de Postura de 1842**. In: _____. **Códigos de Postura de São Luís/MA**. São Luís: Edefma, 2010. p. 19-44.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SMITH, C. Robert. **Arquitetura civil do período colonial**. Separata da: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, Rio de Janeiro, v. 117, 1969.

VALTHIER, L. L. **Casas de residência no Brasil**. In: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 20, 21, 23, 24, 25, 29, 93
Aracaju 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 17, 18, 19
Arquitetura luso-brasileira 24, 31

B

Baixada fluminense 53

C

Centralidade urbana 47, 56, 58
Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 109, 126, 127, 130, 135, 136, 137, 191, 226, 229, 231, 238, 246, 255, 271, 277
Coliving 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138
Contabilidade de custo 169, 171
Corpo 35, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 128, 161, 213, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 6, 18, 19, 21, 22, 30, 33, 34, 36, 53, 58, 81, 82, 88, 101, 105, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 141, 142, 146, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 176, 187, 192, 207, 210, 214, 221, 226, 239, 248, 249, 267, 268, 280, 281, 282
Desenvolvimento municipal 110, 117

E

Educação no trânsito 81, 83, 86, 87, 88
Emancipações distritais 110, 111, 117, 124
Empreendedor 222, 224
Ensino 26, 81, 83, 85, 88, 216
Espaço urbano 2, 3, 4, 6, 35, 45, 58, 91, 93, 94, 105
Evolução tipológica 20, 22, 26, 27
Experiência 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 103, 129, 130, 149, 158, 187, 194, 218, 219

G

Geografia histórica 70, 72, 79
Gestão empresarial societária 151
Gestão familiar 142, 212

H

Holding empresarial 151, 161

I

Indústria cerâmica 168, 169, 170, 172, 184, 187, 205, 214

M

Materiais de construção 222, 223, 224, 226, 227, 229, 234, 235

Metropolização 18, 47, 48, 53, 57, 58, 124

Millennials 126, 127, 128, 131, 133, 136, 137

Mobilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 54, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 123, 130, 135

Mobilidade urbana 1, 2, 3, 7, 15, 17, 18, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89

Modos de habitar 126, 128, 133, 134, 136

Morada 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Moradia colaborativa 126

Moradia compartilhada 126, 129, 133, 134

Municípios mineiros 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124

P

Planejamento 2, 5, 7, 27, 35, 49, 50, 51, 52, 76, 80, 81, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 106, 108, 124, 140, 144, 147, 149, 153, 158, 161, 162, 163, 165, 170, 171, 190, 193, 197, 198, 202, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 237, 238, 239, 240, 254, 255, 264, 281

Ponto de equilíbrio 168, 169, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185

Processo sucessório 151, 204, 205, 210, 211, 217, 220, 221

Projeto de arquitetura e cidade 59

Província do Rio de Janeiro 70, 74, 80, 293

Província fluminense 70, 71, 73, 78, 79, 80

S

Segmento metal mecânico 151, 152, 153, 154, 158, 159, 165

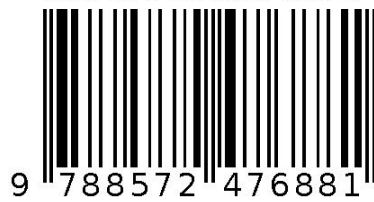
Sociedade anônima 151, 157, 164, 165, 216

Sucessão societária 151, 153

T

Tradição 20, 21, 23, 25, 26, 29, 74

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-688-1



9 788572 476881